



OS JORNAIS EVANGÉLICOS FRENTE À DITADURA MILITAR: ENTRE O APOIO E O SILENCIAMENTO (1964-1972)

Adriano Henriques Machado¹

INTRODUÇÃO

No ano em que este artigo está sendo escrito, emerge na sociedade brasileira uma grande discussão acerca de qual teria sido o posicionamento dos diferentes grupos, pessoas e setores da sociedade para em relação à ditadura militar brasileira (1964-1985). Grande parte desse debate decorre da rememoração dos 50 anos da execução do golpe, mas devido principalmente à instalação pelo Governo Federal no ano de 2012 da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a qual teria a função de investigar e esclarecer os casos de violação dos Direitos Humanos ao longo desse período.

Nesse contexto, o papel e a atuação que os diversos setores da sociedade tiveram em relação a essas questões passaram a ser debatidos e rediscutidos, com destaque para a atuação das Igrejas nesse período. Exemplo disso foi que, dentre os Grupos de Trabalho criados pela CNV, um deles tem como foco central analisar a postura das Igrejas evangélicas e católica: o “GT Papel das Igrejas Durante a Ditadura”.²

Entretanto, o posicionamento das Igrejas, tanto da católica, como das evangélicas, frente ao regime militar já vinha sendo discutido pelos mais variados ramos das ciências humanas. No que diz respeito às Igrejas evangélicas, pode-se citar dois importantes estudos sobre essa temática: um artigo do cientista religioso Leonildo Silveira Campos, intitulado “Evangélicos e o golpe militar de 1964”, de 2004;³ e o capítulo “O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro”, do

¹ Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista: CAPES. Professor de História no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Campus Bragança Paulista.

² A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528 de 2011 e instituída em 16 de maio de 2012. O relatório final da CNV, incluindo o de todos os Grupos de Trabalho, inclusive aquele que investiga o papel das Igrejas nesse período, tem previsão para ser finalizado e publicado no final de 2014.

³ Leonildo Silveira Campos, “Evangélicos e o golpe militar de 1964”, *Tempo e Presença*, n. 333, ano 266, jan./fev. 2004, p. 23-31.

historiador Lyndon de Araújo Santos, publicado em 2005 no livro “A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo”.⁴

Os dois estudos possuem uma grande relevância por trazerem um panorama mais amplo do posicionamento dos diferentes grupos evangélicos no período anterior ao golpe, durante a ditadura; e também por discutir como a memória a respeito dessa temática vem sendo pensada, elaborada e trabalhada pelas ciências humanas e pelos próprios evangélicos. Mas ao mesmo tempo, eles salientaram que a quantidade de pesquisas sobre esse assunto ainda era muito pequena frente à complexidade dos posicionamentos, à duração do período, bem como à heterogeneidade dos grupos envolvidos.

Outro ponto destacado pelos dois trabalhos refere-se à memória construída sobre essa questão ao longo da ditadura militar e que de certa forma permanece até o momento atual, na qual se construiu a ideia de que os evangélicos de uma forma geral apoiaram os governos militares, seja através das atitudes de aproximação ou aprovação, na elaboração de um discurso legitimador das ações e do sistema ideológico elaborado pelo regime ou até na cooperação direta com os órgãos do governo.

Torna-se importante destacar que desde que esses textos foram escritos, em meados dos anos 2000, até os dias de hoje, muitos estudos foram e estão sendo feitos no sentido de aprofundar a questão da atuação das Igrejas evangélicas no regime militar. Essas análises vêm descortinando a pluralidade de posicionamentos que foram adotados por esses grupos frente à ditadura de então, desde os que apoiaram o regime e contribuíram diretamente para a sua sustentação, bem como os que tiveram uma posição crítica perante o mesmo, até aqueles que se colocaram frontalmente contra o regime, que em muitos casos sofreram com a violência advinda das forças de repressão.⁵

⁴ Lyndon de Araújo Santos, “O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro”, In: Adriano de Freixo; Oswaldo Munteal Filho (Orgs.). *A Ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005. p. 151-182.

⁵ Como exemplo dessa profusão de estudos pode-se citar os inúmeros artigos, dissertações e teses que foram produzidos nos últimos anos a respeito da temática (sendo que alguns desses serão utilizados e citados ao longo deste artigo). Nesse sentido, também pode-se destacar a organização durante o 1º Simpósio Internacional da Associação Brasileira de História das Religiões, em outubro de 2013, do Grupo de Trabalho “No templo, no quartel e no porão”: os protestantes e a ditadura militar brasileira, no qual mais de uma dezena de pesquisas sobre o assunto foram apresentadas.

Incluindo-se dentro desse contexto de aprofundamento das relações entre os evangélicos e a ditadura militar, o presente artigo tem como objetivo analisar quais foram os posicionamentos de dois importantes jornais evangélicos para com essa temática, sendo eles: “O Jornal Batista” (OJB), semanário publicado pela Convenção Batista Brasileira (CBB) e o “Expositor Cristão” (EC), quinzenário oficial da Igreja Metodista do Brasil. Entretanto, mais do que compreender qual foi a posição desses dois periódicos em relação ao regime militar de forma geral, busca-se analisar como tais publicações foram construindo, adaptando ou mesmo reelaborando os seus discursos e posições ao longo do período, que vai da perpetração do golpe em 1964 até o maior fechamento do regime e o acirramento da repressão, entre fins da década de 1960 e início dos anos 1970.

OS EVANGÉLICOS FRENTE À POLÍTICA NOS ANOS 1960 E NO GOLPE DE 1964

Em fins dos anos 1950 e na primeira metade dos anos 1960 houve em boa parte dos ramos evangélicos a emergência de um forte debate sobre a realidade sócio-política do país, que passaram a discutir sobre as perspectivas políticas existentes no período, bem como qual seria o posicionamento e a participação deles nesse processo. Essa preocupação surgida entre os evangélicos refletia de certo modo a efervescência pela qual passava a política e praticamente todos os setores da sociedade brasileira da época. Contudo, no caso desses grupos religiosos, essa atuação marcou uma entrada na discussão a respeito da realidade do país de uma forma mais profunda e vibrante, o que até aquele momento se mostrava de forma pontual e relativamente tímida.

Tal efervescência pode ser observada a partir da leitura da maioria dos jornais evangélicos do período. Exemplo disso são os próprios periódicos trabalhados por este artigo, pois tanto no “O Jornal Batista”, quanto no “Expositor Cristão”, assuntos como a responsabilidade social da Igreja, as greves, as reformas de base defendidas pelo governo João Goulart e temas como socialismo, comunismo e revolução eram rotineiros e deram origem a calorosos debates nessas publicações.

Um importante elemento fomentador desse debate foi o “Setor de Responsabilidade Social da Igreja” criado em 1955 por pastores e lideranças leigas das igrejas evangélicas, junto à Confederação Evangélica do Brasil (CEB), com o objetivo de discutir os problemas sociais, políticos e econômicos da sociedade e o papel dos evangélicos e das igrejas frente a essa conjuntura política. Esse Setor ganhou grande destaque na discussão dessa

matéria, principalmente com a organização, entre os anos de 1955 a 1962, de reuniões temáticas, sendo a principal delas a “IV Reunião de Estudos”, realizada em julho de 1962 na cidade de Recife, com o tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, a qual ficou conhecida como “Conferência do Nordeste.”⁶

Essa reunião congregou na capital pernambucana mais de 150 participantes que representavam cerca de 17 estados brasileiros e 14 denominações evangélicas, além de observadores estrangeiros. Nesta conferência ocorreram palestras, debates e grupos de estudo com a participação de líderes de diversas igrejas e com intelectuais convidados, como os economistas Paul Singer e Celso Furtado e o sociólogo e historiador Gilberto Freyre. Como o próprio título da reunião já indicava, a “Conferência do Nordeste” foi marcada por discussões a respeito da situação social do país, sobre o processo de agitação político-revolucionária no qual o Brasil estava envolvido e como deveria ser a atuação e o engajamento das Igrejas nesse contexto.

A Conferência e seus resultados tiveram uma grande cobertura e uma forte ressonância nos meios evangélicos, além de ter recebido destacada atenção da própria mídia secular. No que diz respeito aos jornais tratados neste artigo, nos dois periódicos a Conferência foi noticiada. No caso do “Expositor Cristão” a Reunião recebeu uma importante abordagem, visto que a Igreja Metodista era vinculada à CEB; e a Junta Geral de Ação Social da Igreja Metodista (JUGAS) possuía amplas ligações com o “Setor de Responsabilidade Social da Igreja”. Mesmo no “O Jornal Batista”, onde a discussão de temas sociais tinha uma maior resistência e o próprio ecumenismo era visto com sérias restrições, resultando assim na não filiação da Convenção Batista Brasileira à CEB, a Conferência foi noticiada pela coluna do “Movimento Diretriz Evangélica”, liderada pelo pastor David Malta do Nascimento, o qual fez um relato emocionado do encontro e esperançoso quanto ao futuro dos evangélicos e da situação política do país:⁷

⁶ Sobre a Conferência do Nordeste, ver o já clássico livro: Joanildo Burity, *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro* (1961-1964), Rio de Janeiro, Novos Diálogos, 2011. Há sobre ela um conjunto de estudos publicados em 2012: Magali de Nascimento Cunha; José Carlos de Souza; Helmut Renders (Orgs.), *As Igrejas e as mudanças sociais: 50 anos da Conferência do Nordeste*, São Bernardo do Campo, EDITEO; São Paulo, ASTE, 2012. Também os Anais da própria Conferência são de valiosa contribuição: CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*, v. 1-2, Recife, 1962.

⁷ David Malta do Nascimento, A Conferência do Nordeste (Diretriz Evangélica), *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 06/09/1962, p. 4.

[...] a Conferência do Nordeste é um divisor de águas. Marcou uma época. Assinala nova etapa. Deu-nos uma visão nova do lugar e ação da Igreja na atual conjuntura do mundo e em face da realidade brasileira. [...]

A Conferência do Nordeste deve produzir frutos, que lhe correspondam à importância e significação. É imperativo. Para honra de Deus. Glória de Cristo. Bem da Igreja. Vitória do Evangelho. Redenção do Brasil. E... do mundo. É a nossa missão.

Em relação à participação dos metodistas na Conferência ganha destaque a figura do reverendo Almir dos Santos, que na época era o presidente do Setor de Responsabilidade Social da CEB, sendo também o presidente da Comissão Organizadora da Conferência, que inclusive proferiu a palestra de abertura. Santos era uma pessoa de destaque entre os metodistas e no próprio movimento ecumênico e evangélico, sendo na época professor da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista e no período entre 1956 e 1960 havia ocupado o cargo de editor do próprio “Expositor Cristão”. Já no ano de 1963, o reverendo tornou-se secretário-geral da JUGAS da Igreja e depois foi eleito bispo, em julho de 1965, função que ocupou até o ano de 1977.

Ao interpretar e fazer um balanço dos resultados da Conferência no texto introdutório aos Anais da mesma, Almir dos Santos, apesar de destacar os diferentes posicionamentos existentes no evento, devido à heterogeneidade dos seus participantes, assim como o pastor batista citado acima, analisou a realização da Conferência como algo que transformaria as discussões do meio evangélico a respeito da realidade brasileira a partir de então, como se pode perceber:⁸

[...] podemos citar como verdadeiro dividendo da Conferência foi a tomada de consciência pelas igrejas representadas na reunião da realidade presente do Brasil. Há uma realidade que nos desafia no momento presente, perguntando-nos, em angústia, qual é a resposta da Igreja, como intérprete da vontade de Deus para a vida da comunidade, à crise em que se debate a nossa Pátria nos dias que correm.

⁸ CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*, v. 1, Recife, 1962, p. 13.

Porém, a discussão sobre a realidade brasileira não atingiu apenas a CEB e aqueles grupos e setores mais ligados à Ação Social, mas internamente as próprias hierarquias, assembléias e concílios das Igrejas passaram a debater a questão e a se posicionar sobre o assunto. Nesse sentido, ganham destaque alguns Manifestos que foram elaborados na primeira metade dos anos 1960 por esses grupos.

Na Igreja Metodista, um importante documento foi o produzido pelo Gabinete Geral da Igreja, composto pelos bispos e publicado no *Expositor Cristão* em agosto de 1962, intitulado “Mensagem do Gabinete Geral à Igreja Metodista do Brasil”.

Nele, os bispos reconheciam a necessidade de haver uma transformação nos sistemas social, político e econômico brasileiro; e para isso propugnavam a defesa e a necessidade dos metodistas participarem ativamente junto às organizações políticas e de classe. Em nível político defendiam o aprofundamento da democracia, com a realização de uma reforma eleitoral que diminuísse o número de partidos. Na questão sócio-econômica apesar de rejeitarem a inevitabilidade da luta de classes e defenderem uma transformação prioritariamente através de vias não violentas, o documento mostra-se bastante forte e posiciona-se de forma clara no momento em que faz a seguinte análise:⁹

Colocamo-nos cristãmente ao lado e a favor das reivindicações das populações rurais e urbanas que, vivendo na pobreza e na miséria, clamam por condições de vida mais justas e mais dignas [...]
Cremos que o desenvolvimento econômico deve redundar em benefício de todos e não apenas de determinadas classes privilegiadas. Assim, a exploração dos meios de produção - recursos naturais, trabalho, capital e administração - deve ser disciplinada de tal forma que proporcione justa recompensa para todos. Cumpre evitar que os poderes econômicos e políticos estejam nas mãos de um só grupo, tendência que se verifica na atual situação brasileira.

Contudo, ao mesmo tempo em que o Manifesto fazia uma clara defesa da transformação das estruturas brasileiras, ele criticava a influência das ideologias ateias e materialistas junto aos setores estudantis, operários e

⁹ Mensagem do Gabinete Geral à Igreja Metodista do Brasil, *Expositor Cristão*, 15/08/1962, p. 3.

camponeses, numa clara referência às ideias comunistas, chegando a defender o combate a tais ideologias. Para os bispos, a transformação social teria que ocorrer sob a influência do pensamento cristão, mostrando assim, a permanência de um anticomunismo existente no meio evangélico brasileiro, ao mesmo tempo em que apresentava um embate sobre qual das duas visões de mundo influenciariam ou conduziriam as possíveis transformações sociais.

Outra dubiedade trazida pelo Manifesto era que ao concluir o documento, os bispos afirmavam que a principal crise brasileira era a de caráter e acima de todas as reformas estava a do homem, sem a qual nenhuma outra teria valor permanente, ou seja, as mudanças propaladas anteriormente pelo próprio documento estariam dependentes da conversão do homem aos valores do cristianismo.

Essas posições trazidas pelo Manifesto, que em certos momentos caminham para a defesa de uma transformação social profunda e em outros descambam para a defesa de um individualismo e um combate latente ao comunismo, trazem em seu cerne uma amostra da tensão existente no meio metodista e evangélico da época, visto que o documento ao ser produzido por um conjunto de bispos, teria de refletir e coligir a opinião e a posição de todas as tendências existentes no episcopado. Daí a produção de um documento que trazia dubiedades e até pontos de contradição, mostrando que o apoio às reformas sociais e à forma como as mesmas deveriam realizar-se não era unívoco e que posições anticomunistas, que marcariam de forma inequívoca o imaginário em torno do golpe de 1964 e o desenrolar da ditadura militar, eram elementos presentes nesses setores evangélicos.

No meio batista brasileiro, o debate sobre tais questões também levou à elaboração de um importante documento, o “Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil”, produzido pela diretoria da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, como resultado de uma reunião da Ordem, ocorrida no início de 1963, na cidade de Vitória, que contou com a participação de mais de 200 pastores. O Manifesto, que foi publicado na capa do OJB na edição de 14 de setembro do mesmo ano, vinha assinado pela diretoria da Ordem, dentre os quais, o seu presidente José dos Reis Pereira e outros membros, como os destacados pastores ligados à Ação Social, David Malta do Nascimento e Hércio da Silva Lessa. O documento era direcionado à denominação batista e à nação brasileira de forma geral e, assim como o manifesto metodista, também defendia a participação e integração dos fiéis batistas na vida política do país.

Partindo para a análise do documento, ele defendia a manutenção das liberdades em todas as suas formas de expressão, o fim da exploração do homem pelo homem ou pelo Estado, criticava o tratamento policial dado aos movimentos populares da cidade e do campo, defendia as greves como instrumentos legítimos de reivindicação dos trabalhadores, as quais segundo o manifesto deveriam ser regulamentadas. Por fim, o documento colocava-se a favor das reformas de base, que nesse momento eram alvo de grande debate nacional, ou seja, a reforma agrária, eleitoral, administrativa e da previdência social, as quais possibilitariam segundo os pastores:¹⁰ “[...] à criatura a concretização de seus legítimos anseios terrenos.”

Entretanto, toda essa agitação e efervescência em torno do debate sobre a realidade brasileira, que movimentou significativos setores evangélicos desde meados dos anos 1950, sofreu um violento impacto com o golpe militar de 1964, este sim, um verdadeiro divisor de águas não só na política brasileira, mas também um ponto de inflexão em relação à atuação dos evangélicos nas questões sociais e na política nacional.

Nos jornais aqui analisados o golpe militar foi de alguma forma sentido, analisado e interpretado.¹¹ No periódico metodista, a primeira alusão direta ao acontecimento foi a publicação na edição de 1º de junho de 1964, de um telegrama enviado pela Confederação Evangélica do Brasil, da qual a Igreja Metodista fazia parte, ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Nele, o militar é saudado pela posse como presidente do Brasil, afirmando que a reconstrução cristã-democrática do país teria:¹² “[...] constante apoio moral e leal cooperação cristãos evangélicos.”

Ao lado do telegrama, o jornal publicava um pequeno texto intitulado “Crise Nacional”, do pastor metodista Newton Paulo Beyer, da Igreja Central de Porto Alegre, onde ele tratava dos últimos acontecimentos políticos. No texto, o pastor dizia que não era função da Igreja esmiuçar esses

¹⁰ Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 14/09/1963, p. 1.

¹¹ A forma como o golpe militar foi recebido pelos OJB e EC já foi tema de alguns estudos. No caso do Expositor Cristão, há o artigo: Vasni de Almeida, Os metodistas e o golpe militar de 1964, *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 23, n. 37, p. 54-68, jul.-dez. 2009. Já o posicionamento do OJB frente ao golpe, ao regime militar de forma geral e os conflitos internos entre os batistas da Convenção Batista Brasileira desse período foram estudados na dissertação: José Miguel Mendonza Aguilera, *Um Povo Chamado Batista: um jornal (OJB) a serviço da formação de uma mentalidade religiosa (1960-1985)*, Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1988.

¹² Ao Nôvo Presidente, *Expositor Cristão*, 01/06/1964, p. 12.

episódios, nem tomar posição sobre eles. Afirmava que as causas pela situação política do país eram complexas e decorriam da:¹³ “[...] ação maléfica e desagregadora do pecado [...]” e que a própria Igreja tinha sua parcela de culpa nesses fatos. Por fim, dizia que a função da Igreja a partir de então seria a de:¹⁴

[...] conduzir os brasileiros ao humilde reconhecimento de seu pecado, e, concomitantemente, para interceder por eles, com fé e perseverança, certa de que o Espírito Divino paira sobre esta grande nação, para conduzi-la, finalmente, à realização de seus mais altos fins.

Posteriormente, na edição de 15 de julho de 1964, o jornal trazia a cópia de um telegrama que havia sido enviado pelo Gabinete Geral da Igreja Metodista do Brasil, no dia 15 de abril de 1964 ao mesmo Castelo Branco, onde declarava: “[...] desejamos à Vossa Excelência as abundantes bênçãos de Deus para um governo de compreensão, paz e progresso. A Igreja Metodista do Brasil permanecerá orando em seu favor, em favor da Pátria e do povo.”¹⁵

Foram esses os posicionamentos frente ao golpe publicados no ano de 1964 pelo *Expositor Cristão*. Primeiramente, os dois telegramas, o da CEB e o do Gabinete Geral da Igreja, apesar de publicados em datas diferentes, foram enviados no mesmo dia, o que mostra uma sintonia entre a posição da hierarquia da Igreja e da diretoria da CEB, da qual a Igreja Metodista era membro atuante. O telegrama do Gabinete Geral, apesar de posicionar-se de forma um pouco mais tímida e acanhada do que o enviado pela CEB, que chegava a propor o apoio e a cooperação dos evangélicos para com o governo do novo presidente; nos dois está claro o silenciamento perante a quebra democrática ocorrida no país, e mais do que isso, o reconhecimento do governo militar como plenamente legítimo.

Em compensação, o texto do pastor Beyer no momento em que diz não ser função da Igreja posicionar-se sobre a questão, expõe um comportamento que se tornaria bastante característico de diversos jornais evangélicos a partir de então, ou seja, o silenciamento da Igreja e de seus veículos de informação no que dizia respeito aos acontecimentos políticos do

¹³ Newton Paulo Beyer, Crise Nacional, *Expositor Cristão*, 01/06/1964, p. 12.

¹⁴ Newton Paulo Beyer, Crise Nacional, *Expositor Cristão*, 01/06/1964, p. 12.

¹⁵ Dois Telegramas, *Expositor Cristão*, 15/07/1964, p. 2.

país. Porém, ao fazer tal afirmação e ao mesmo tempo comentar a situação do país, a mensagem tornava-se bastante confusa, principalmente ao mencionar que a responsabilidade por tais episódios advinham da ação do pecado e que a própria Igreja tinha uma parcela de culpa no ocorrido. Desse modo, devido à falta de clareza, a mensagem deixava em si no mínimo uma pergunta: a responsabilidade da Igreja por tais fatos estava em não defender a democracia e silenciar perante os fatos que levaram ao golpe dado pelos militares e apoiado por importantes setores da sociedade; ou advinha da discussão sócio-política que a mesma estava realizando, a qual teria de alguma forma fomentado os debates, polarizações e movimentos políticos que desembocariam na quebra da ordem democrática?

Se entre os metodistas, apesar do reconhecimento, o apoio ao novo governo ocorreu de forma um pouco acanhada, entre os batistas brasileiros, principalmente através do “O Jornal Batista”, o posicionamento frente ao golpe deu-se de maneira clara e até bastante efusiva. Num editorial de 12 de abril de 1964, intitulado “Responsabilidade dos Crentes nesta hora”, o novo editor do OJB, o pastor José dos Reis Pereira, o mesmo que havia assinado o Manifesto citado anteriormente, defendia a recente deposição de João Goulart, com o argumento de que a mesma desafiava a nação do clima hostil em que o país vivia, o qual era decorrente da atuação da minoria comunista, que ameaçava a democracia e a vigência do próprio governo Goulart. Concluindo da seguinte forma:¹⁶

Porque o que aconteceu agora é, sob certos aspectos, verdadeiro milagre. Quando tudo parecia turvo, quando os defensores da Democracia pareciam estar desavindos uns com os outros, quando parecia que todos estavam mistificados, tudo se esclareceu e viu-se, por exemplo, que as forças armadas brasileiras não estavam tão infiltradas como se supunha; que a indisciplina não tinha dominado os quartéis, e que o regime democrático podia confiar nos seus defensores. Um milagre de Deus, atendendo às orações de seu povo. [...] Não será agora que se vai estabelecer censura e limitação da liberdade no Brasil. Mas que tal hora nunca chegue.

No texto acima, o apoio ao golpe perpetrado pelos militares contra o governo João Goulart é bastante claro e justificado com o argumento

¹⁶ José dos Reis Pereira, Responsabilidade dos Crentes nesta hora, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 12/04/1964, p. 3.

largamente utilizado na época, de que a deposição do presidente consistia na verdade numa contra-revolução frente ao perigo comunista totalitário que se infiltrava nas instituições brasileiras. Esse raciocínio fica latente no pensamento do pastor, no momento em que ele agradece aos militares por salvarem o sistema democrático brasileiro e ao afirmar que a chegada destes ao poder não levaria a censuras e a limitação de liberdades. E mais do que isso, segundo Pereira, tal ação dos militares tornava-se uma oportunidade de levar a cabo as reformas sociais de que o Brasil necessitava, como a reforma agrária, que nesse novo contexto poderia ser feita sem ódio, sem violência, de forma pacífica e com uma inspiração cristã.

A característica contra-revolucionária do golpe militar e sua defesa na salvaguarda da democracia foram reafirmadas pelo mesmo pastor num texto publicado duas semanas depois, em 26 de abril. Nele, Pereira saúda os militares que mesmo tendo proporcionado uma revolução vitoriosa, se auto-limitavam no momento em que entregavam a eleição do novo presidente ao Congresso e quando fixavam um prazo para a duração do novo governo, logo:¹⁷

[...] ao fixarem um prazo de duração do nôvo gôverno, respeitando ao mesmo tempo a data já prevista para a eleição do futuro presidente da República, isto é, 3 de outubro de 1965. O mandato do General Castelo Branco vai assim terminar quando deveria terminar o do ex-presidente Jânio Quadros. Nem mais um dia. Tal foi o desejo dos chefes militares que assinam o Ato Institucional.

No texto acima, o pensamento explicitado por José dos Reis Pereira não era muito diferente daquele que muitas outras pessoas e grupos da sociedade da época utilizaram para defender o golpe, argumentando que o governo militar constituir-se-ia de forma transitória e rápida até à reorganização político-partidária e à eleição marcada para o ano seguinte. Tal posicionamento visto nos dias de hoje pode parecer de uma ingenuidade diante da ação dos militares, porém, o próprio Pereira advertia para o perigo de que o novo governo poderia levar à instalação de uma ditadura, citando inclusive como exemplo o plebiscito sobre a constituição de 1937 que foi prometido e não realizado, momento no qual o governo Vargas descambou para a ditadura do Estado Novo. Contudo, o pastor mostrava-se esperançoso

¹⁷ José dos Reis Pereira, *Nôvo Governo*. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 26/04/1964, p. 2.

de que as promessas para o retorno à democracia nesse caso seriam respeitadas.

Nesse momento é interessante notar como o apoio aos militares, principalmente ao caráter anticomunista da ação destes, começava a moldar o posicionamento do OJB a favor do regime ditatorial e a gerar contradições em seu próprio discurso. Isso se torna visível a partir da leitura dos textos, com destaque para aqueles em que se ressaltava a defesa do caráter democrático do golpe e que tal ação vinha salvaguardar as liberdades. Primeiramente, porque o golpe foi algo antidemocrático em si, porém, deve-se levar em consideração que os apoiadores da deposição e grande parte dos meios de comunicação do período produziram uma narrativa na qual a saída de Goulart e a entrada de Castelo Branco ancorava-se dentro dos aspectos legais. Entretanto, no momento em que o editor do OJB saudava o caráter altruísta dos militares em proclamar o primeiro Ato Institucional, percebe-se que a ação destes precisava ser construída no texto de uma forma que aparentasse representar uma defesa das liberdades democráticas. Uma amostra disso ocorre quando o editorial do OJB chegava a destacar que o Ato determinava a cassação de mandatos e direitos políticos por 10 anos, mas nesse caso a análise do AI-1 mostrar-se-ia antagônica ao argumento utilizado em todo o restante do texto, dessa forma o editor para não entrar em contradição, tergiversa:¹⁸ “Mas não discutimos nem discutiremos aqui o Ato Institucional e suas aplicações.”

A leitura dos acontecimentos e posicionamentos citados acima demonstram que o golpe militar tornou-se um elemento central na forma como os evangélicos brasileiros situar-se-iam em relação à realidade e ao processo sócio-político a partir de então. As declarações tímidas ou esfuziantes, de reconhecimento ou de apoio ao novo governo, salientavam que o processo de discussão sobre a política brasileira que vinha se engendrando em grande parte dos meios evangélicos desde os anos 1950, ganhariam novos contornos e novas formas de análise. Entretanto, os acontecimentos da história política brasileira no pós-1964 ocorreram de forma totalmente oposta ao que esperava o editor do OJB nesse ano: ao invés de uma volta rápida à democracia, houve a instalação de uma ditadura que duraria 21 anos; e ao contrário de uma defesa da democracia e das liberdades políticas, o que se viu foi o fechamento cada vez maior do governo, marcado pela censura, cassações, perseguições e pela ampliação da violência e da repressão.[

¹⁸ José dos Reis Pereira, *Nôvo Governo*, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 26/04/1964, p. 2.



OS JORNAIS EVANGÉLICOS FRENTE AO FECHAMENTO DO REGIME

Passadas as primeiras reações concernentes ao golpe de 1964 e ao não restabelecimento da democracia, como os jornais evangélicos aqui analisados posicionaram-se frente ao fechamento cada vez maior do regime? Defenderam uma volta à democracia como prometida pelos próprios militares num primeiro momento? Silenciaram-se perante os novos fatos? Ou adaptaram os seus discursos a fim de construir uma narrativa que desse legitimidade e apoio às ações que levariam a instalação de um governo marcado pela violência e repressão?

Assim, da mesma forma como a ditadura militar brasileira foi marcada por diferentes fases, com características distintas, também o posicionamento dos periódicos evangélicos para com o regime não pode ser visto como algo constante e homogêneo durante todo esse período, mas, ao contrário disso, as reflexões desses jornais variaram conforme cada contexto e de jornal para jornal. Contudo, essas variações não impedem que em alguns momentos seja possível encontrar pontos de contato ou aproximações entre eles, como veremos abaixo.

Primeiramente, para fins cronológicos, torna-se possível dividir o período trabalhado por este artigo em dois: do golpe militar, em março de 1964 e o processo inicial de estruturação do regime; e o momento de maior fechamento a partir de 1968, principalmente com a edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5) em dezembro deste mesmo ano, período esse marcado pela forte repressão.

Ao longo do primeiro período, ou seja, entre 1964 e 1967, os dois jornais evangélicos aqui analisados, mesmo com o novo governo militar já em funcionamento ainda publicaram em suas páginas textos ou colunas que discutiam a realidade nacional, suas problemáticas e até possíveis soluções, mostrando assim que o fechamento do regime ou dos próprios jornais para tais discussões não era total.

No “O Jornal Batista” (OJB), ao longo do ano de 1965 e início de 1966, ainda que em menor número que nos anos de 1963 e 1964, foram publicadas reflexões que discutiam a questão social e a situação sócio-política do país, como o texto “A Responsabilidade Social dos Batistas do Brasil”, do pastor David Malta do Nascimento. Também nessa época foi divulgada e discutida no jornal a organização da “1ª Conferência Evangélica de Ação Social”, a qual foi realizada pelo “Movimento Diretriz Evangélica”,

no Rio de Janeiro em julho de 1965, evento esse que contou com a participação de membros de outras Igrejas evangélicas, sendo também noticiado pelo “Expositor Cristão” (EC).

No EC ocorreu um movimento parecido com o descrito acima a respeito do OJB. No ano de 1965, ainda houve a publicação de textos que discutiam a política e os problemas sociais do país, como a possível abertura política e as manifestações realizadas pelos estudantes. Porém, em meados desse ano a coluna produzida pela Junta Geral de Ação Social da Igreja Metodista, que era uma constante no jornal, praticamente deixou de existir, provavelmente devido às mudanças na estrutura interna da Igreja com novos nomes tanto na editoria do jornal, quanto na diretoria da Junta de Ação Social.

Nos anos de 1966 e 1967, nos dois jornais ocorreu uma retração na discussão sobre as questões sócio-políticas do país. No OJB praticamente nenhuma matéria ou editorial foram escritos a respeito desses assuntos. Já no Expositor Cristão, houve a publicação de textos esporádicos do Secretário-Geral de Ação Social e alguns outros, nos quais se pode notar certas críticas sobre a situação social vivida no país.

Já o ano de 1968 foi um dos mais cruciais e decisivos tanto para o regime militar, com o seu maior fechamento, o qual culminou com a decretação no mês de dezembro do Ato Institucional n. 5 (AI-5), quanto para os evangélicos brasileiros, principalmente em relação aos metodistas.

Foi nesse momento que houve um dos fatos mais marcantes na história do metodismo brasileiro: a crise em sua Faculdade de Teologia, que culminou na decretação do seu fechamento pelo Gabinete Geral da Igreja. Essa crise mostra claramente como a situação política vivida pelo país influenciou e polarizou sobremaneira a estrutura e os debates internos da Igreja, causando um relevante conflito entre as diferentes visões existentes dentro da instituição.

A crise que levou ao seu fechamento foi resultante de uma série de questões tanto de caráter interno, quanto externo, as quais levadas ao seu extremo causaram tal acontecimento.¹⁹ Porém, um dos principais fatores que

¹⁹ Para uma análise sobre a crise na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, ver: José Mário Getimane, *Contribuição à história da Igreja Metodista no Brasil: a Faculdade de Teologia*, Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

contribuiu para o acirramento dessa crise decorreu da formatura de 1967, quando os formandos dessa turma escolheram o arcebispo católico de Olinda e Recife, D. Helder Câmara para ser o seu paraninfo. A opção pelo prelado católico trazia um significado político bastante forte, porque D. Helder já se constituía nessa época como uma das vozes mais críticas para em relação aos desmandos do regime militar e à situação social do país.

Exemplo disso foi a repercussão que o evento recebeu em diversos jornais da mídia impressa da época, sendo o discurso do arcebispo publicado na íntegra pelo jornal Folha de São Paulo. Assim, se o assunto foi destaque na mídia secular, no meio evangélico a repercussão sobre o acontecimento foi ainda maior. A análise do editor do OJB a respeito do fato demonstrava de forma bastante clara como a participação de D. Helder na formatura metodista representava um forte ponto de divergência entre os diversos grupos existentes no meio evangélico desse período, como é possível observar:²⁰

O fato é para nós, velhos admiradores de Wesley, tão doloroso que, no momento, pelo menos, absteemo-nos de maiores comentários. Diremos apenas que essa festa pareceu-nos mais política que ecumênica. A mistura de política com religião para nós sempre foi nauseante.

Percebe-se no texto acima que a escolha do arcebispo pelos estudantes metodistas foi para o pastor batista motivo de grande espanto e forte impacto. Ao longo do texto ele criticava essa escolha pelo fato do mesmo pertencer à Igreja católica, ressaltando as divergências históricas entre os dois ramos do cristianismo. Porém, na leitura da citação acima fica latente que a condenação também ocorreu pelo significado político que o ato representava.

Passada a formatura, no início do ano seguinte, com a situação política tanto interna, quanto externa, bastante acalorada e as várias divergências existentes entre alunos, professores e direção da Faculdade e da Igreja levaram a uma forte crise, marcada por greves e acusações aos alunos que iam desde o uso de bebidas alcoólicas até a utilização das dependências da faculdade para fins políticos, eclodindo no seu fechamento.

²⁰ José dos Reis Pereira, Do noticiário ecumenista, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 31/12/1974, p. 3.

A crise na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista inseriu-se no crescimento do movimento estudantil em diversos países do mundo, com destaque para os europeus. No Brasil a ação contestadora dos estudantes também foi utilizada como um dos motivos para o maior fechamento do regime e foi a partir do seu crescimento que “O Jornal Batista” voltou a posicionar-se frente ao momento político vivido pela sociedade brasileira e a refletir sobre o regime instalado pelos militares.

A análise do OJB teve como ponto de partida o crescimento do movimento estudantil brasileiro, o qual teve a sua eclosão em março de 1968, quando um protesto contra o aumento do preço da comida no restaurante estudantil “Calabouço” no Rio de Janeiro foi duramente reprimido pela polícia, ocasionando no assassinato do secundarista Edson Luis de Lima Souto, que tinha apenas 18 anos. A comoção causada pela morte do jovem foi o elemento catalisador para que diversos protestos e passeatas se espalhassem pelo país, criticando o governo autoritário, as violações de liberdade e o sistema repressivo montado pelo regime. O ápice dessas manifestações foi uma passeata realizada em junho do mesmo ano, que reuniu milhares de pessoas de diferentes setores da sociedade no centro do Rio de Janeiro, a qual ficou conhecida como “Passeata dos Cem Mil”.

Frente a isso, o OJB publicou dois editoriais que tratavam do assunto. Neles, o editorialista reconhecia as péssimas condições vividas pelos estudantes e as diversas carências da educação brasileira. Porém, em relação à morte de estudante, o pastor colocava em dúvida se o mesmo havia sido morto pela polícia e que se o assassinato fosse constatado, a responsabilidade pela ação seria do próprio policial, porque: “[...] admitindo que tenha partido de um revólver policial a bala assassina, é um pouco difícil responsabilizar o Governo pela imprudência de um subalterno.”²¹

Na fala acima fica bem claro o objetivo do pastor em construir uma argumentação que buscava desresponsabilizar a ditadura pelo ocorrido, dizendo que tal acontecimento representava o ato isolado de um subalterno, do qual o governo não tinha controle. Com isso, a linha de raciocínio elaborada, objetivava de início desconstruir o caráter violento do regime contra seus opositores e negava a existência de um sistema repressivo e, mais do que isso, tal argumentação em responsabilizar os policiais inferiores era e é utilizada até os dias de hoje pelos defensores do governo militar, que sustentam a ideia de que a existência da violência e da tortura pelo regime

²¹ José dos Reis Pereira, A morte do estudante, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 14/04/1968, p. 3.

não era algo sistemático, mas representava a ação de grupos radicais sobre os quais os militares não tinham como controlar.

Partindo disso, em relação às manifestações ocorridas após a morte do secundarista o editor José dos Reis Pereira, ao invés de destacar a importância e os objetivos das mesmas, dizia que elas foram aproveitadas por outros grupos, os quais atacavam o governo e reverenciavam o líder guerrilheiro Ernesto ‘Che’ Guevara. Porém, sobre isso, ele afirmava que essa situação decorria do fato de os estudantes estarem num ambiente de aglomeração e, por isso, eram levados de forma acrítica por grupos comunistas a tais ações e posicionamentos. Sobre a mocidade estudantil brasileira, Pereira refletia: “Estamos, aliás, certos de que ela permanece anti-totalitária e que, no íntimo, se solidariza com seus colegas da Polônia, êstes sim, vivendo sob uma ditadura cruel e que estão dando ao mundo, agora, uma extraordinária prova de coragem.”²²

A citação acima é bastante reveladora para analisar a forma como o editor do OJB construía o seu discurso sobre a atuação e politização dos jovens: enquanto os poloneses, por lutarem contra a ditadura soviético-comunista, eram saudados por sua bravura, os brasileiros, ao serem reprimidos e mortos pela ditadura brasileira, representavam casos isolados, e em grande medida se constituíam numa grande massa alienada levada a cabo por pequenos grupos comunistas que deturpavam os seus justos interesses, direcionando-os para uma luta anti-governo e anti-democrática.

Porém, o que mais salta aos olhos no texto é quando o editorialista ressaltava que a Polônia vivia em meio a uma ditadura, pois dessa forma, qual nome poderia ser dado ao sistema político brasileiro da época? Essa resposta era dada algumas linhas abaixo: “No Brasil não estamos sob ditadura. Há um Congresso em funcionamento, não há censura prévia a Imprensa, os tribunais estão abertos.”²³

Parece que o apoio ao caráter anticomunista do regime militar pelo editor do OJB acabou obscurecendo sua visão sobre os princípios e os valores democráticos. Tal verificação pode ser observada no momento em que ele destacava o pouco de democrático que os militares haviam deixado em funcionamento, com o objetivo de dar uma aparência republicana e legítima

²² José dos Reis Pereira, A morte do estudante, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 14/04/1968, p. 3.

²³ José dos Reis Pereira, A morte do estudante, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 14/04/1968, p. 3.

ao regime autoritário. Com isso, o editorial de 1964 em que os militares eram saudados por seus feitos altruístas, ao imporem o retorno da democracia para o ano de 1966, já havia sido esquecido, visto que nesse momento a volta ao regime democrático parecia cada vez mais distante.

Entretanto, o resquíio de democracia existente no regime militar e utilizado pelo editor do OJB para defender a não existência de uma ditadura no país, seria suplantado poucos meses depois, em dezembro de 1968, com a edição do AI-5; o qual: suspendia o habeas-corpus, implantava a censura aos meios de comunicação e dava ao governo a prerrogativa de fechar o Congresso, o que foi feito naquele momento.

É curioso notar que sobre o AI-5 o OJB não publicou nenhum editorial ou comentário a respeito, provavelmente pelo fato de que seria difícil defender o caráter ou as virtudes democráticas do ato. Entretanto, o que parecia ser indefensável recebeu aprovação categórica do novo editor do “Expositor Cristão”, o reverendo Omir Andrade, que havia sido eleito para o cargo pelo Gabinete Geral da Igreja Metodista, em outubro de 1968. Ele analisava o AI-5 da seguinte forma:

No Brasil, as atenções se voltam para os últimos acontecimentos, que culminaram com a edição de outro Ato Institucional. Revela-se o govêrno firme no propósito de alcançar os objetivos da revolução. Apesar de tôda a campanha contrária, impregnada de paixões ideológicas anti-democráticas, o govêrno brasileiro, vêz por outra como agora acontece é obrigado a agir anti-democráticamente para salvar a própria democracia, e tudo tem feito e promete, nas palavras do ilustre Presidente da República, tudo fazer para que o país em breve retorne e retome o caminho das decisões democráticas.²⁴

O editorial do reverendo mostrava claramente a construção de um discurso contraditório e até esquizofrênico, onde os atos antidemocráticos do regime teriam o objetivo de salvar ou de retornar à democracia. Para tentar justificar o injustificável, o periódico tentava ressaltar os avanços econômicos dos regimes militares, destacando a construção de estradas e o impulso dado a industrialização, a busca por novas fontes de energia e também o fortalecimento do país no cenário internacional.

²⁴ I - O Mundo Político (editorial), *Expositor Cristão*, 15/01/1969, p. 3.

A justificativa empregada pelo reverendo em destacar o crescimento econômico do governo, seria um argumento bastante utilizado pelos apoiadores do regime nesse período, quando ocorreu um forte crescimento econômico do país entre os anos de 1968 e 1973, fato esse que ficou conhecido como “Milagre Econômico”.

Foi nesse período, que ocorreu uma maior aproximação dos metodistas com os ideais formulados e implantados pelo regime militar. O “Expositor Cristão” colocava-se a partir de então como linha auxiliar do discurso e dos atos praticados pelo governo. Nesse contexto, o jornal publicava discursos e fotos dos presidentes-ditadores, divulgava notícias da imprensa ou do próprio governo nas quais se negava a existência de presos políticos, o uso de violência e a prática de tortura, em outras destacava as maldades cometidas pelos “terroristas” ao país e fazia até a propaganda de candidatos a deputado pelo partido do governo, a ARENA.

Nessa época, a aprovação e a aproximação com os ideais do regime militar também foram aprofundados pelo OJB, como denotam as fortes críticas dirigidas aos setores católicos que se posicionavam contrariamente às arbitrariedades cometidas pelo regime e aos padres e freiras que apoiavam de alguma forma os grupos tidos pelo jornal como “terroristas”. Por outro lado, o periódico dava destaque à realização de “Cultos Cívico-Religiosos” em diversas igrejas batistas, onde a Pátria, o golpe de 1964, as autoridades e os chefes militares eram saudados e reverenciados.

Tal adesão ao ideário propalado pelo regime militar chegou ao ponto, que no momento em foi decretada a censura prévia de livros e periódicos, o OJB publicou um editorial em que a deliberação recebeu mais elogios do que críticas. Parece ser estarrecedor um editor de jornal não condenar tal medida, visto que no próprio texto ele afirmava que esse tipo de atitude era:²⁵ “[...] característico dos regimes totalitários, êsses famigerados regimes que pretendem controlar o pensamento.” Contudo, apesar de ressaltar as dificuldades em criar critérios para estabelecer a censura, ao invés disso, ele tentava de alguma forma justificar a medida, com a estratégia de enfatizar o seu caráter moral e desqualificando o seu sentido político. Com isso, argumentava que era preciso combater as publicações que iam contra a moral e os bons costumes, as quais atentavam contra as influências cristãs na família. Num determinado momento, Pereira chegava a propor que outra solução para o problema seria o fechamento dessas publicações. Assim, se

²⁵ José dos Reis Pereira, O caso da censura, *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 15/03/1970, p. 3.

em 1964, no seu apoio ao golpe militar, o editor José dos Reis Pereira explanava que com o novo governo não haveria censura, a mesma foi adotada, e o pior, com a conivência e a aprovação dele próprio.

Dessa forma, as ações destacadas acima fechavam um ciclo de aproximação dos evangélicos com o regime autoritário brasileiro no que diz respeito a esses dois jornais: apoiando o golpe, às vezes de forma um pouco cautelosa para a construção de um ideário de aproximação com o regime, e que se escancarou a partir de 1968, no momento em que ocorre a defesa do AI-5 como uma atitude democrática e da censura prévia como algo necessário para o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dois jornais trabalhados por este artigo, no período entre o golpe de 1964 e o aprofundamento do regime, algumas considerações podem ser feitas. Primeiramente, a relação que esses grupos estabeleceram com o contexto sócio-político, demonstra como os mesmos estavam fortemente relacionados e integrados nessas discussões, independentemente das posições tomadas. Prova disso são os debates a respeito das reformas sócio-políticas do país no período anterior a 1964, as reações frente ao golpe e a construção dos novos discursos sobre o regime.

O segundo ponto parte do primeiro, porque a relação que essas denominações e principalmente os seus jornais estabeleceram com o regime no pós-1964 torna-se de extrema relevância para entender como as mesmas construíram, adaptaram e reelaboram os seus discursos de acordo com os interesses que estavam em jogo em cada um desses momentos.

Porém, foi essa reelaboração de discursos que fizeram com que esses jornais produzissem argumentos fortemente contraditórios e que em alguns casos não possuíam a mínima sustentação. Tal constatação mostrava-se perceptível, quando em seus posicionamentos tornava-se necessário construir discursos em que parte das informações eram negligenciada ou utilizada de forma parcial, além é claro da produção, muitas vezes, de um malabarismo teórico para tentar justificar os atos e as práticas do governo que por si só se contradiziam.

Exemplos disso não faltaram, no OJB a defesa do golpe elevava a figura dos militares a salvadores da pátria e da democracia, porém, quando as promessas “democráticas” dos mesmos não eram cumpridas, como no caso

da não volta à democracia no ano de 1966 e a decretação do AI-5, os fatos não eram lembrados ou noticiados. Da mesma maneira, a maioria dos atos institucionais, das cassações, violências e atrocidades cometidas pelo governo não eram divulgadas, ou quando citados era necessário criar conjecturas que justificassem tais atitudes, seja com a desresponsabilização do governo, destacando rotineiramente o perigo da infiltração comunista ou utilizando argumentos da esfera econômica para tentar encobertar os atos de repressão política.

Ao mesmo tempo, percebe-se que nesse momento da ditadura, entre fins dos anos 1960 e início dos 1970, os dois jornais aqui analisados tiveram em seus discursos e práticas uma forte aproximação. Porém, é de extrema relevância salientar que isso não significa dizer que os evangélicos brasileiros, e no caso específico os batistas e os metodistas, apoiaram de forma homogênea e monolítica todo o período autoritário.

Nesse ponto, merece destaque o período não trabalhado por este artigo, ou seja, a fase posterior do regime militar, principalmente a segunda metade dos anos 1970, momento em que houve uma dissociação ideológica no discurso produzido pelos dois jornais: enquanto o OJB se constituiu como um dos últimos pilares de apoio e sustentação do regime até o fim deste; o EC, a partir do ano de 1977, tornou-se uma tribuna de debates entre os diferentes pensamentos políticos existentes no interior da Igreja e passou a posicionar-se de forma bastante crítica em relação às ações autoritárias ainda praticadas pelos militares.

Boa parte disso decorre do fato de que é preciso analisar que tais jornais não eram publicações independentes, mas sim, órgãos oficiais de suas respectivas Igrejas, logo, a escolha por tais editores e a própria linha política do jornal dependiam e tinham a chancela das hierarquias da Convenção Batista Brasileira e da Igreja Metodista. Assim, as mudanças no posicionamento desses periódicos demonstram as opções desses grupos dirigentes: pois, enquanto a CBB manteve no OJB o mesmo editor-chefe, desde 1964 até praticamente o final da ditadura brasileira; a hierarquia metodista, ao longo desse período, designou ao EC diferentes editores, que de certa forma representavam as mudanças no perfil hierárquico dessa instituição.

Porém, se os atos autoritários do regime militar tiveram o apoio das hierarquias e dos jornais dessas Igrejas, nesse período pode-se notar, mesmo que muito sorrateiramente, a permanência de grupos que não concordavam

com tais posicionamentos, mas que não tinham espaço para se pronunciar pelos canais de comunicação das Igrejas. Nesse sentido, ganha destaque no OJB a repercussão do editorial sobre a morte do estudante Edson Luís, onde o próprio editorialista dizia ter sido acusado de publicar um artigo de caráter político, ao defender a tese de que o governo militar não era uma ditadura. Também no caso metodista, um manifesto de jovens produzido durante o VII Congresso Geral da Mocidade e publicado no próprio EC em 1969, o qual criticava a alienação da Igreja nos campos social e econômico, a falta de posicionamento da mesma sobre as violências cometidas pelo regime e a respeito do EC exigia: “[...] do Gabinete Geral à cessação da censura no Expositor Cristão e sua transformação em órgão de debate sobre a renovação da Igreja e do Mundo na perspectiva bíblica.”²⁶

Os dois fatos relatados acima demonstram como, mesmo no período de forte apoio dessas Igrejas ao governo autoritário, existiam setores contrários a esse direcionamento, porém tais grupos ou não tinham espaço dentro dessas instituições para expressar suas posições, ou foram de alguma forma silenciados pelos segmentos que controlavam essas Igrejas. Momento esse, que apesar de marcado pelo alto grau de violência do regime, parece que o seu caráter anticomunista e o desenvolvimento econômico do período pareciam ter obscurecido qualquer possibilidade de crítica por parte dos dirigentes dessas Igrejas. Na verdade, o que tais grupos demonstravam era um estado de êxtase com o governo, como pode ser constatado no discurso de posse do metodista Alípio da Silva Lavoura, após ter sido eleito bispo da 3ª Região Eclesiástica, em 1971:

Acompanho, com entusiasmo, a fase de crescimento, de prosperidade e de desenvolvimento da minha terra. Confio nos homens que dirigem o Brasil. Aplaudi, com gestos e com atitudes, o novo sistema de honestidade, de seriedade, de patriotismo que foi instaurado, neste país, a partir de março de 1964. Abomino toda a forma de tirania, de ditadura, por isso, sou um democrata convicto.²⁷

Recebido em 30/10/2014 - Aprovado em 26/12/2014

²⁶ VII Congresso Geral - Documento Final, *Expositor Cristão*, 30/11/1969, p. 10.

²⁷ Pronunciamento do bispo Alípio da Silva Lavoura, *Expositor Cristão*, 31/03/1971, p. 16.